

RESUMOS

COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de Campinas, Campinas, 2016.

Orientadora: Dra. Silvia Hunold Lara
Data da Defesa: 30.11.2016

A promulgação da Carta Régia de 1798, que revogou o Diretório dos Índios, não resultou em qualquer efeito em território cearense. Quando a lei pombalina foi finalmente extinta no Ceará em 1845, cedeu lugar ao Regulamento das Missões, que se tornou a primeira lei indigenista geral do império brasileiro. No contexto de crise do Antigo Regime e formação do Estado nacional, as relações sociais mudaram em consonância com redefinições da condição jurídica dos indígenas e com uma série de conflitos armados. A legislação produzida nessa conjuntura recebe destaque neste estudo por ter sido um dos definidores dos confrontos entre políticas indígenas e indigenistas em torno da caracterização do lugar social dessas populações. Por meio dela é possível analisar as transformações da condição política dos índios no Ceará, considerando a relação entre as leis e os índios, a passagem da categoria de súditos da Coroa portuguesa para a de cidadãos brasileiros e suas implicações nas reivindicações dos índios relativas à sua própria condição jurídica e na sua participação em eventos militares. São questões centrais na análise: a situação de permanência do Diretório em território cearense no século XIX; o contexto legal do período de formação do Estado nacional brasileiro e a relação dos índios com o arcabouço normativo; as variadas formas de classificação

dos índios e gentios na legislação indigenista de Portugal e do Brasil. A questão bélica tem igual evidência e é focalizada na segunda parte da tese. A defesa sempre foi uma das principais funções das populações indígenas integradas no corpo social do império português. Mais do que meros soldados recrutados a serviço do Estado (lusitano ou brasileiro), era na guerra, assim como na lei, que os índios se posicionavam nos eventos de conflito político e manifestavam seus interesses e expectativas. Têm destaque neste estudo o recrutamento militar indígena, a legislação referente ao tema e a agência política dos oficiais índios; o envolvimento militar indígena no contexto da independência e nas revoltas liberais oitocentistas; as transformações da relação dos índios com as Coroas lusitana e brasileira, com o liberalismo e com o antilusitanismo a partir de suas experiências.

Palavras-chave: Índios. Leis. Guerra. Política. Ceará.